

CORPOS POSTIÇOS: ENTRE A POTÊNCIA E A ABJEÇÃO

Felipe Vieira Valentim

Mestrando em Teoria da Literatura e Literatura Comparada – UERJ

valentim.fe@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar a formação subjetiva de um corpo a partir da noção de abjeção apresentada pela filósofa Judith Butler (2002), evidenciando como as pluralidades existentes no ser humano podem compor as multidões convocadas pelo filósofo Beatriz Preciado (2011). Tendo-se por base a ideia de *subalterno* proposta por Gayatri Chakravorty Spivak (2010), são analisadas as narrativas *O lugar sem limites*, de José Donoso e *A dama da noite*, de Caio Fernando Abreu, de modo a estabelecer diálogos com os corpos marcados pela opressão.

PALAVRAS-CHAVE: subjetividade, corpo, travesti.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the subjective formation of a body from the notion of abjection presented by the philosopher Judith Butler (2002), analyzing how the pluralities in humans can compose the “multitudes” presented by the philosopher Beatriz Preciado (2011). Based on the idea of the *subaltern* proposed by Gayatri Chakravorty Spivak (2010), the narratives *El lugar sin límites*, by José Donoso and *A dama da noite*, by Caio Fernando Abreu are analyzed in order to establish dialogues with the bodies that are marked by oppression.

KEYWORDS: subjectivity, body, transvestite.

Todo jogo de poder implica um confronto de forças: ativas e reativas, dominantes e dominados, opressores e oprimidos... Fato certamente atrativo para produções intelectuais, pois entender o poder é entender os mecanismos pelos quais as relações que nos regem se entrelaçam. A partir desse ponto, a pesquisadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) acusa a subordinação dos intelectuais do Ocidente aos interesses econômicos internacionais, cujas críticas a um sujeito / poder soberano acaba por gerar um outro tipo de sujeito.

Nas argumentações da pesquisadora, depreende-se que o subalterno tem o seu lugar de fala ocupado por intelectuais que pouco vivem os conflitos e as relações que são analisados e denunciados. Ponto esse que não invalida a transparência da produção, mas que não denuncia estarem as reflexões contaminadas pelo lugar de fala do investigador. Deste modo, Spivak (2010) reitera que os oprimidos são capazes de saber e falar por si mesmos: “isso reintroduz o sujeito constitutivo em pelo menos dois níveis: o Sujeito de desejo e poder como um pressuposto metodológico irreduzível; e o sujeito do oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo” (p. 56).

A constituição de um sujeito oprimido é o ponto de interesse desta investigação, de modo que a formação subjetiva esteja costurada à figuração de subalterno que utiliza o corpo para obter visibilidade e fazer ouvir a sua voz. Esta análise está centrada nos discursos literários das narrativas *O lugar sem limites*, do chileno José Donoso e *A dama da noite*, do brasileiro Caio Fernando Abreu. Desta forma, analisa-se o corpo a partir da noção de abjeção apresentada pela filósofa Judith Butler (2002) para, em seguida, evidenciar como as pluralidades existentes no ser humano respondem às multidões convocadas pelo filósofo Beatriz Preciado (2011).

Pensar a representação como um produto do processo de codificação do universo é entender tal gesto como imagem, um simulacro do mundo num sistema de signos. A representação do corpo nos é útil, desta forma, como suporte de discursos que delegam significados ao ser humano: formação subjetiva que confere competência performática para que os papéis sociais sejam assumidos e desempenhados.

Na pesquisa intitulada “Corpos que pesam”, Butler (2002) investiga o entrelaçamento das práticas discursivas sobre o sexo e, conseqüentemente, sua associação às diferenças sexuais. Ela argumenta que o sexo é uma categoria integrante de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, constituindo uma das normas pelas quais o ser humano torna-se viável: “aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (2002, p. 155).

O sexo é, portanto, uma construção materializada por normas regulatórias através do tempo. Porém tal processo de materialização nunca estará totalmente completo, uma vez que as normas regulatórias que incidem sobre o sexo atuam de maneira performativa para constituir a materialidade do corpo, como pontua Butler (2002), e mais especificamente “[...] para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (p. 154). Ou seja, desta forma, ela aponta que a materialidade é repensada “[...] como o efeito mais produtivo do poder” (p. 154).

Dentre várias questões, enumeradas por Butler (2002), que são postas em jogo na reformulação da materialidade dos corpos, está apontada uma vinculação do “[...] processo de ‘assumir’ um sexo com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações

sexuadas e impede ou nega outras identificações” (p. 155). O que é de fato exibida aqui é a negação de uma existência perante uma matriz excludente, pois os corpos que não estão adequados às normas preestabelecidas denunciam a inviabilidade do indivíduo enquanto sujeito, jogando-o numa zona inabitável da vida social, indicada por Butler (2002) como condição abjeta. Tal condição, nas palavras da filósofa, “[...] constitui o limite definidor do domínio do sujeito; [...] aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida” (p. 155). O repúdio à abjeção é fator importante para que o indivíduo se submeta ao caráter normativo do sexo. Tem-se, portanto, um sujeito constituído através da força de exclusão e da abjeção.

Há ainda, nessa discussão, investigações a respeito da relação sexo e gênero, em que a diferença entre os termos é reconhecida, mas há determinada dependência entre ambos, o que revela as marcas sociais e culturais que estão presentes neles. Fato é que a produção de subjetividade na cultura ocidental está fortemente vinculada à noção de gênero ou, mais especificamente, ao binarismo de gênero: sempre haverá um “eu” subjetivado que vai emergir no interior dessas relações.

[...] a construção do gênero atua através de meios excludentes, de forma que o humano é não apenas produzido sobre e contra o inumano, mas através de um conjunto de exclusões, de apagamentos radicais, os quais, estritamente falando, recusam a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os sujeitos humanos são construídos, pois a construção do humano é uma operação diferencial que produz o mais e o menos “humano”, o inumano, o humanamente impensável. Esses locais excluídos vêm a limitar o “humano” com seu exterior constitutivo, e a assombrar aquelas fronteiras com a persistente possibilidade de sua perturbação e rearticulação. (BUTLER, 2002, p.161).

Como sujeito social e político, o ser humano é introduzido pelo corpo na esfera social. O corpo nada mais é que um meio, uma ferramenta para dar forma às relações. Ele é a base para materialização de uma subjetividade, sendo as manifestações que envolvem o fenômeno corporal coerentes com os pilares socialmente estabelecidos pelo discurso hegemônico. Pela lógica da sociedade patriarcal, por exemplo, o corpo-mulher sempre estará em desvantagem na relação com corpo-homem, assim como qualquer corpo-outro transgressor a essa norma será oprimido e marginalizado. Um jogo de poder e nada mais.

A pesquisadora Tina Chanter (2011) indica que o desafio da identidade dos transgêneros pode designar o fim do gênero como o conhecemos, pois tais identidades contestam “[...] fórmulas femininas já testadas e confiáveis, que equiparam o gênero com a sociedade (ou cultura, ou história) e o sexo com a biologia (ou fisiologia, ou natureza)” (p. 7). Não há uma essência interna ao gênero, tendo em vista que tal conceito abrange uma série de fatores que são impostos pela cultura e que são reiterados pela história. O ser humano é condicionado de acordo com os papéis de gêneros impostos pela socialização que o repreende, por exemplo, a mulher tem uma socialização histórico-cultural no que se refere aos papéis de gênero ligados ao feminino.

Neste caso, o fenômeno transexual, por sua vez, permite radicais revisões na concepção do termo gênero por uma série de razões, sendo a principal a pertinente desconexão entre corpo e gênero, em especial para os casos de intersexuais “corrigidos” no nascimento que, mesmo sem ter o conhecimento da correção, apresentam desconforto com o papel de gênero que desempenham. Percebe-se,

então, que há algo além do cultural permeando o que até então se concebe como gênero.

Se o gênero não é meramente uma questão de condicionamento cultural, pode haver, afinal de contas, senão uma influência biológica e inata, pelo menos algo inefável em relação ao gênero. Porém, o quanto a inefabilidade do gênero pode ser atribuída a quaisquer alegações de ordem natural ou genética permanece em questão, uma vez que todos nós, sem exceção, nascemos em um mundo repleto de normas de gênero às quais constatamos estar sujeitos. Essas normas preexistem a nós, e reagimos a elas, negociando um mundo que inclui expectativas de gênero muito antes que possamos aprender a codificar essa negociação sob forma de discurso. (CHANTER, 2011, p. 10)

O recorte feito para esta investigação abrange o corpo abjeto que, marcado e reformulado, veicula a fluidez do processo de subjetivação, quando se trata dos papéis de gênero. Politizar a imagem de corpos-outro é necessário, ou seja, problematizar o binarismo, apontando caminhos para as várias subjetividades que são marginalizadas segundo os padrões heteronormativos. Nessa perspectiva, Preciado (2011) afirma que o conceito de gênero é uma noção sexo-política, uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo.

Não é por acaso que, nos anos 1980, no debate entre feministas ‘construtivistas’ e feministas ‘essencialistas’, a noção de ‘gênero’ tornar-se-ia o instrumento teórico fundamental para conceitualizar a construção social, a fabricação histórica e cultural da diferença sexual, diante da reivindicação da ‘feminilidade’ como substrato natural, como forma de uma verdade ontológica. (p.13)

Em entrevista, publicada no nº 113 da Revista de História da Biblioteca Nacional, Butler explica que o feminismo é capaz de superar o próprio objeto, ampliando conceitos e galgando novas conquistas. Ela argumenta que o fenômeno transgênero representa um desafio para o feminismo, já que “[...] nem todas aquelas que são mulheres nasceram dessa maneira. E aqueles que nascem em um corpo feminino, [...] às vezes tornam-se homens ou trans ou vão encontrar seu próprio

caminho com o gênero” (DAHÁS, 2015, p. 45). Tem-se, desta forma, um pós-feminismo que, se não apontar os vários feminismos, evocará o grito dos corpos que carregam uma subjetividade inferiorizada, a qual é lida como anormal ou menor pela heteronormatividade.

É interessante notar a importância da exaltação das diferenças quando se trata de minorias. O discurso dominante atua como se houvesse um mundo construído para aquela realidade a qual é direcionado. Tamanho é o poder simbólico exercido sobre as subjetividades marginalizadas que se desencadeia uma forma de violência simbólico-discursiva.

A pesquisadora Berenice Bento (2011), por sua vez, argumenta que a dimensão plural existente no mundo é diluída quando deslocada para a esfera da política institucional, seja em Congressos ou em Paramentos, em que é preciso mover-se em binarismos, mesmo quando a luta envolve as minorias. A estudiosa critica a necessidade de produção dos discursos inteligíveis os quais envolvem uma concepção essencializada de identidade. Ela contra-argumenta a ideia de se fazer política através de um essencialismo estratégico, tendo vista não ser isso produzido em via de mão única, ou seja, ao produzir o essencialismo estratégico da mulher, é necessário produzir o outro essencializado: o homem. Portanto, a retomada de um binarismo em que os pontos contrapostos se excluíam mutuamente.

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexo-política tona-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (PRECIADO, 2011, p.14).

Para dar contorno ao projeto de poder que se desenha, Preciado (2011) recorre às análises de Maurizio Lazzarato, propondo uma distinção entre a noção foucaultiana de biopoder e potência de vida, de maneira que as subjetividades manifestadas por corpos-outro sejam compreendidas como potências políticas e não como efeitos dos discursos sobre o sexo: “não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (p. 18).

Manuela, personagem escrita por José Donoso em *O lugar sem limites*, carrega uma multiplicidade de vozes. Um travesti, escrito na década de 1960, lançado na imaginária *El Olivo*, um lugar nenhum: sem eletricidade, cidade sem recursos, cidade vendida ao interesse político, transformada em nada, um lugar onde as relações patriarcais são imperantes e, conseqüentemente, o confronto oprimido contra oprimido (ou fodido contra fodido, caso prefira).

A multidão que se expressa na voz de Manuela clama por existência: seres que transitam pelo binarismo de gênero imposto, que usam a marca da vergonha como estratégia de sobrevivência. A protagonista é dona de um prostíbulo junto com a filha. Filha essa gerada acidentalmente através de uma aposta: Manuela precisava ceder, pois não tinha nada, nem casa, nem estudo... Ir para a cama com a Japonesa Grande era o único modo de enganar o patriarca *don Alejo*, “dono” da cidade, para a conquista de um espaço. A esperança estava na sociedade proposta pela cafetina, que falece e lhe deixa o prostíbulo e a filha, a Japonesita.

A jovem tem o hábito de chamar Manuela de “papai”, o que evidencia ao leitor a condição abjeta de Manuela: mesmo descrita com trejeitos femininos, existe um tom

masculinizante na personagem que é percebido pela filha. O foco da narrativa não é a desconstrução do binarismo, mas sim colocá-lo como marca, sobretudo no que tange à composição da personagem principal: presa em um corpo-outro, lançada em lugar nenhum.

Todos os personagens da narrativa são marcados pela violência. As mulheres-objeto devem estar prontas para ser usadas, largadas ou descartadas pelos homens. Uma cultura patriarcal imperante na América Latina é capturada pela narrativa: os homens disputam poder entre si, ridicularizam os mais fracos, usam a força para obter a satisfação de seus desejos.

Manuela é insultada, agredida, violentada. A prisão que seu próprio corpo lhe proporciona é corrompida pelo uso de um vestido de espanhola. A dança é sua libertação. O vestido rubro é a coisa mais preciosa que ela tem. É a voz que a narrativa lhe confere de ser o que ela deseja ser: uma mulher.

Ela vai mostrar a elas quem ali é mulher e como é ser mulher. Tira a camisa e a dobra sobre o lanço da escada. Os sapatos também... isso, pés descalços como uma verdadeira cigana. Tira também a calça e fica nu no galinheiro, braços cruzados sobre o peito e aquela coisa esquisita pendurada. Enfia o vestido de espanhola pela cabeça e a saia cai em torno dela como um banho de calidez, porque nada é capaz de abrigá-la tão bem quanto aqueles metros e metros de cansado percal rubro. O vestido se encaixa na cintura. Ajeita as pregas que contornam o decote... um pouco de recheio aqui onde não tenho nada. Claro, é que a gente é tão miudinha, a ciganinha, um primor, não passa de uma menininha que vai dançar e por isso não tem seios, assim, quase como um rapazinho, mas ela não, porque é tão feminina, a cintura quebrada e tudo... (DONOSO, 2013, p.126).

A dança de Manuela é muitas vezes ameaçada por um grande desafeto dela: Pancho Vega. Um tipo valentão e arruaceiro, cuja sombra perturba a protagonista. O medo da agressão, do ridículo e das ameaças se mescla ao desejo que sente pela

virilidade dele. Toda a narrativa se desencadeia com a chegada de Pancho a *El Olivo*, presença que assombra e divide a personagem.

O personagem projeta o desejo que sente por Manuela na filha dela, a Japonesita. A constante ameaça de um estupro faz com que a filha a peça proteção. Manuela, no entanto, revela sua fraqueza, pois não consegue defender a si mesma; como, então, defender aquela criatura que a chama de pai? “Defender você para quê? Vá para a cama com ele, não seja burra. É ótimo. O homem mais macho das redondezas, e tem caminhão e tudo, e poderia nos levar para passear” (DONOSO, 2013, p. 58).

O desejo se manifesta na narrativa de modo bastante sutil. Ele mascara o caráter dos personagens e os lança num grande jogo de poder, em que se evidencia o desejo pelo corpo bruto, as relações promíscuas com a política e o dinheiro, a subversão como estratégia da expressão de si. Pancho não consegue esconder de Manuela quem de fato ele é; talvez seja essa a razão pela qual a relação dos dois é marcada pela atração e pela repulsa. Pancho se excita ao vê-la dançar.

A dança de Manuela o golpeia e ele quisera agarrá-la assim, assim, até quebrá-la, aquele corpo que começa a exalar seu odor agitando-se em seus braços e eu com Manuela que se agita, apertando para que não se mexa tanto, para que fique sossegada, apertando-a, até que olhe para mim com aqueles olhos de redoma aterrorizados e enfiando minhas mãos em suas vísceras viscosas e quentes para brincar com elas, deixa-la ali estendida, inofensiva, morta: uma coisa (DONOSO, 2013, p. 144).

Traço curioso presente na narrativa de Donoso é a intercalação de vozes: as falas do narrador observador são atravessadas pelas falas ou pensamentos dos personagens, uma marca capaz de reiterar a voz que é dada à multidão que habita os subalternos ali descritos. Característica que também endossa o caráter de denúncia da

obra que, através do artifício, esboça uma política do ser que se manifesta pelos corpos e que se revela em personagens conscientes de suas posições que variam do limite à transgressão.

Limite e transgressão também permeiam a narrativa *A dama da noite*, de Caio Fernando Abreu. O conto é construído numa estrutura de monólogo, embora haja constante menção a um interlocutor, referido como “boy” na narrativa. Em virtude de a protagonista deter a palavra, o leitor é diretamente convidado a conhecer sua perspectiva de vida, sua visão de mundo, bem como as experiências e frustrações relatadas. Um ser sem nome e que fala de si.

Conhecida como dama da noite, ela habita a noite e se coloca como espectadora, fora do movimento da vida, como se tivesse desaprendido a linguagem de outras pessoas, incapaz de ganhar um passe para a roda-gigante que agrega toda a dinâmica social. Por não se encaixar no contexto social, ela se coloca à margem, descrevendo os limites de uma vida inconformada, de sonhos desfeitos, marcada pela constante inquietação: “a roda? Não sei se é você que escolhe, não. Olha bem pra mim – tenho cara de quem escolheu alguma coisa na vida? [...] Quem roda na roda fica contente. Quem não roda se fode. Que nem eu, você acha que eu pareço muito fodida?” (ABREU, 2014, p.128).

E fora da roda, a personagem marginalizada reverbera as vozes dissonantes que rompem com o medo da morte provocado pelo aparecimento da AIDS, vulgarmente espalhado pelo discurso midiático, “[...] na tevê também dá, o tempo todo: amor mata amor mata amor mata” (ABREU, 2014, p. 130). Mas o que seria o amor em meio a um

império do efêmero? Não é à toa que o objeto de sua busca é grafado com letras maiúsculas: “O Verdadeiro Amor” (ABREU, 2014, p.135).

Há uma representação transgressora do amor que rompe com o pressuposto binário das concepções de homem e de mulher. Quando a sexualidade do interlocutor é trazida ao discurso, ela é abordada de maneira natural, como o que é inerente ao ser. A força do desejo permeia as reflexões e outras vozes começam a inserir-se nas falas da protagonista, permitindo uma clara associação com as multidões apresentadas por Preciado (2011).

Embora compartilhe o mesmo espaço que a narradora, o interlocutor tem sua função marcada na narrativa: ele é aquele que não atenta “ao cheiro molhado que as pessoas têm nas virilhas quando tiram a roupa”, aquele que “já nasceu de máscara pregada no rosto”, aquele que “já nasceu proibido de tocar no corpo do outro” e, cuja sede do toque o deixa louco e “vai matando a gente aos pouquinhos” (ABREU, 2014, p. 131). O boy é o representante de uma ordem vigente, daqueles que giram na roda-gigante.

Você é tão inocente, tão idiotinha com essa camisinha Mr. Wonderful. Inocente porque nem sabe que é inocente. Nem eles, meus amigos fodidos, sabem que não são mais. Tem umas coisas que a gente vai deixando, vai deixando, vai deixando de ser e nem percebe. Quando viu, babau, já não é mais. Mocidade é isso aí, sabia? Sabe nada: você roda na roda também, quer uma prova? Todo esse pessoal de preto e cabelo arrepiadinho sorri pra você porque você é igual a eles. Se pintar uma festa, te dão um toque, mesmo sem te conhecer. Isso é rodar na roda, meu bem. Pra mim, não. Nenhum sorriso. Cumplicidade zero. Eu não sou igual a eles, eles sabem disso. Dama da noite, eles falam, eu sei (ABREU, 2014, p.129).

Mas quem seria essa dama da noite? Essa voz que fala de si e que, ao mesmo tempo, no seu discurso, ressoa as angústias de vozes-outras? Trata-se de um ser destituído de uma identidade, talvez até de um ser habitante de um corpo-abjeto,

ridicularizado por aqueles que surgem na luz do dia. Para ela, apenas resta a noite, a margem, a solidão.

Tem-se a fragmentação de um indivíduo em constante oposição a uma massa homogênea. Indivíduos que vagam pela noite, que cogitam a possibilidade de se pagar pela companhia. O efêmero é intenso, reflexo de uma busca transformada em nada pelo cotidiano das grandes cidades. A partilha das frustrações é feita num bar, à procura de doses sinceras de afeto como elemento gerador de mudanças efetivas para um mundo corrompido, um lugar nenhum cujos habitantes estão presos em uma rodagigante, forçados a seguir o fluxo da ilusão de uma estabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os personagens aqui analisados apresentam os corpos marcados pela opressão. As narrativas evidenciam a condição abjeta da formação subjetiva inscrita em corpos imaginados, recriados, produtos de uma contemporaneidade fluída e fragmentada. De fato, poder-se-ia atingir as propostas de Spivak (2010), se tivéssemos em questão uma produção autobiográfica em que um travesti (ou uma profissional do sexo, ou qualquer outro corpo lançado na zona de abjeção pelas regras sociais) se valesse do local de fala para expor suas percepções e visões da vida e do mundo, ficcionalizando o seu “eu” e a sociedade que a exclui.

De todo modo, pensar os corpos marginalizados na América Latina implica entender que, numa esfera social, tais sujeitos não possuem a visibilidade desejada, da mesma maneira que o espaço acadêmico não explora, como deveria, as produções

artísticas e intelectuais desses indivíduos que expressam sua existência. Eis, então, a importância de emergirem, no cenário europeu e norte-americano, filósofos como Judith Butler (2002) e Beatriz Preciado (2011) que, visíveis e atuantes na esfera acadêmica, podem apontar caminhos para emancipação das vozes marginalizadas na América Latina.

Cabe, no entanto, à pesquisa latino-americana a investigação de uma estética e de mecanismos próprios à inserção de corpos-outros como marca de reconhecimento e autoafirmação. Trata-se, portanto, de uma luta política, pois a todo instante os confrontos enfrentados são oriundos de uma rígida cultura cristã e patriarcal. O movimento feminista, sobretudo as pesquisas feministas latino-americanas, é de fundamental importância para as reflexões atuais, mas ainda há muito que se avançar no combate à normalização das identidades sexuais que atuam como agentes de controle da vida. As identidades, por serem estratégicas, quando legitimadas pelo corpo, visibilizam e empoderam a voz do ser que o habita.

As narrativas de José Donoso e de Caio Fernando Abreu, como outras que apresentam o mesmo tom de ruptura, permitem a abertura dos espaços para que tais corpos imaginados reverberem as vozes das multidões e a potência política que permeiam o ser. Ficção aqui nada mais é do que uma questão de espaços e criação de dissensos. Para tanto, recorre-se ao filósofo francês Jacques Rancière (2012) para dar contorno às reflexões apresentadas. Ao atentar para uma ruptura estética, ele chama atenção para a eficácia de um dissenso. O filósofo entende tal processo como um conflito de vários regimes de sensorialidade: está no cerne da política.

Num regime de separação estética, portanto, diz-se que a arte toca na política. Rancière (2012) analisa que “a política começa quando há ruptura na distribuição dos espaços e das competências – e incompetências” (p.60). Ou seja, uma questão de partilha. Há relação política quando se destina a permanência do ser no espaço de invisibilidade, como o trabalho, por exemplo. Mesmo assim, o sujeito faz uso do tempo que não tem para se afirmar coparticipante de um mundo comum: “para mostrar o que não se via, ou fazer ouvir como palavra a discutir o comum aquilo que era ouvido apenas como ruído dos corpos” (p. 60).

Assim, a retomada do corpo revela que o ser é composto por uma pluralidade cuja potência política perpassa a ordem do desejo, da experiência e do afeto. A formação subjetiva envolve um aglomerado de forças que compõem e formam, através das relações, o ser humano, que é feito de potência. E as lutas travadas no jogo de poder objetivam apenas uma finalidade: a possibilidade de existência.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. Os dragões não conhecem o paraíso. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- BENTO, Berenice. “Política da diferença: feminismos e transexualidades”. In: Stonewall 40+ o quê?. Salvador: UFBA, 2011, v. único, p. 79-110.
- BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: LOURO, Guacira L.(org.), O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 151-172.
- CHANTER, Tina. Gênero: conceitos-chaves em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DAHÁS, Nashla. “Judith Butler: Existe um único conceito de identidade feminina? Não tenho certeza”. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/judith-butler>. Acesso: 23 jul. 2015. (versão online)

DONOSO, José. O lugar sem limites. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

PRECIADO, Beatriz. "Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'". In: Revista Estudos Feministas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000100002. Acesso: 01 jul 2015 (2011), p. 11-20.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

Recebido em 04 de abril de 2016

Aceite em 13 de junho de 2016

Como citar este artigo:

VALENTIM, Felipe Vieira. Corpos postiços: entre a potência e a abjeção. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, Ano 15, n. 22, jan.-jun., 2016, p. 69-84. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num22/dossie/palimpsesto22dossie05.pdf>. Acesso em: dd mmm. aaaa. ISSN: 1809-3507.